

**UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA ABORDAGEM DOS SISTEMAS-MUNDO:
AGÊNCIA INDIVIDUAL OU CONSTRANGIMENTOS SISTÊMICOS?
A CRITICAL ANALYSIS ABOUT WORLD-SYSTEMS APPROACH: INDIVIDUAL
AGENCY OR SISTEMIC CONSTRAINTS?**

Ricardo Lopes Kotz¹

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

Resumo: O presente artigo observa a abordagem dos sistemas-mundo através das lentes críticas das Relações Internacionais, conforme a perspectiva estabelecida por Robert Cox. Neste sentido, realizamos a análise epistemológica de dois instrumentais dos sistemas-mundo, quais sejam: a sucessão dos ciclos hegemônicos e as cadeias de commodities, verificando se os aspectos críticos estabelecidos por Cox estão presentes nestes instrumentais. As considerações finais do trabalho visam sintetizar o conflito entre agência e estrutura, na abordagem dos sistemas-mundo e na perspectiva crítica. Os principais resultados do artigo apontam para o fato de que a abordagem dos sistemas-mundo tende a valorizar as tendências estruturais do capitalismo, ligadas às lentas variações do espaço e provenientes de uma ampla trajetória histórica. Já a abordagem crítica de Robert Cox trabalha com mudanças que provêm da ação das forças sociais, das ideias e das instituições, enfatizando o aspecto temporal e a capacidade de agência.

Palavras-chave: Perspectiva crítica. Sistemas-mundo. Ciclos hegemônicos. Realidade social.

Abstract: This article observes the approach of world-systems through the critical lens of International Relations, as the prospects established by Robert Cox. In this sense, we have conducted the epistemological analysis of two instruments of world-systems, namely: the theory of hegemonic cycles and the concept of commodity chains, verifying if the critical aspects established by Cox are comprehended in these instrumentals. The final considerations aim to summarize the discussion of the conflict between agency and structure, in addressing the world-systems and the critical perspective. The main results of the article point to the fact that the world-systems approach tends to value the structural tendencies of capitalism, linked to the slow variations of space and stemming from a broad historical trajectory. Robert Cox's critical approach works with changes that stem from the action of social forces, ideas and institutions, emphasizing the temporal aspect and the capacity for agency.

Key-Words: Critical perspective. World-systems. Hegemonic cycles. Social reality.

Recebido: 02/09/2016

Aprovado: 14/04/2017

Considerações iniciais

O presente artigo realiza a sistematização do debate acerca da abordagem dos sistemas-mundo, confrontando a sua construção epistemológica a partir da teoria crítica das Relações Internacionais, conforme delineada nas obras de Robert Cox, visando realizar considerações acerca do conflito existente entre constrangimentos sistêmicos e agência individual como potenciais para alteração da

¹ ricardo.kotz@gmail.com

realidade social. A diminuição da distinção entre fatores externos e fatores internos em determinados países ou regiões e a perspectiva de longa duração dos movimentos históricos aportadas pelo instrumental dos sistemas-mundo, auxiliam na compreensão da dinâmica das relações internacionais (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000).

A análise de sistemas-mundo depende do reconhecimento deste conceito enquanto um sistema social com dimensões específicas, compreendendo um espaço geográfico delimitado, dentro do qual existe um polo central, que concentra as atividades econômicas, estendendo suas ligações em sucessivas zonas intermediárias e periféricas, que se organizam mediante uma divisão internacional do trabalho. Estas relações são estabelecidas através do impulso pela acumulação constante de capital, além da busca pelo monopólio das atividades econômicas de maior rendimento, partindo do conceito de economia-mundo, cunhado por Fernand Braudel (1985). No sistema-mundo capitalista os agentes se relacionam em termos desiguais, dadas às diferenças do potencial de suas economias e pela utilização de recursos de poder político, estabelecendo o que é normalmente tipificado como regiões de centro e periferia (WALLERSTEIN, 2004).

A teoria crítica nas Relações Internacionais abrange uma variedade de vertentes seja no marxismo, em escolas pós-modernas ou pós-positivistas. Em um aspecto geral, a teoria crítica questiona o pressuposto positivista de neutralidade na abordagem do problema de pesquisa e mesmo na escolha dos métodos e instrumentos de análise. Isto fica evidente em um trecho exposto por Robert Cox em seu artigo seminal “*States, Social Forces and World Orders*” (1986, p. 207, tradução nossa): “A teoria serve sempre para alguém e para algum propósito”. Portanto, a produção científica se relaciona aos interesses de determinados grupos sociais. A crítica consiste em expor que a afirmação da neutralidade na produção do conhecimento científico pode servir para legitimar os interesses subjetivos de um ordenamento que possui implicações para a distribuição desigual dos recursos econômicos e do poder político.

A análise dos sistemas-mundo faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento e acumulação desigual entre os Estados no sistema-mundo capitalista. No entanto, caso o instrumental não proponha relativa capacidade de agência em relação à alteração desta realidade, as estruturas sistêmicas (centro-periferia) seriam essencialmente mantidas, promovendo uma teoria que reafirma o sistema internacional conforme ele se apresenta (WENDT, 1987). Visando à instrumentalização desta análise para as relações internacionais contemporâneas e estando sob a perspectiva de um país localizado na periferia do sistema internacional, e, por vezes, categorizado como “país emergente” ou “em desenvolvimento”, “potência regional” ou “potência média” (NOLTE, 2010, p.1-5), torna-se importante que tenhamos uma preocupação com a abordagem crítica; visto que o Brasil está inserido historicamente em uma posição desigual na distribuição internacional de riqueza e poder.

Neste sentido, o trabalho apresenta relevância devido à sua preocupação com a produção de uma visão que possibilite vislumbrar possíveis caminhos diferentes do *status quo*.

O presente artigo busca se orientar por meio de uma linha similar ao que foi desenvolvido por Halliday (1999), no sentido de dar maior percepção a conceitos que não têm pretensão de contribuir com o “culto da quantificação” (HALLIDAY, 1999, p. 257). Pontualmente, será redigida uma seção acerca do instrumental analítico dos sistemas-mundo e seus principais conceitos (BRAUDEL, 1985; FOSSAERT, 1991; WALLERSTEIN, 1992; AMIN, 1998; TESCHKE, 2003; WALLERSTEIN, 2004).

A próxima seção consistirá na abordagem da teoria crítica (COX, 1986; 1993; 2002). A terceira seção realizará a avaliação epistemológica de dois instrumentais desenvolvidos pela análise dos sistemas-mundo, quais sejam, a sucessão dos ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI & SILVER, 2001; ARRIGHI, 2006; ARRIGHI, 2010) e o conceito de cadeias globais de commodities (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000), confrontando sua construção com os pressupostos da teoria crítica. As considerações finais visam apontar novos rumos de pesquisa além de inferir brevemente acerca do conflito entre agência e estrutura (WENDT, 1987).

Esta pesquisa é resultante do aprofundamento de um trabalho apresentado durante o Terceiro Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), que ocorreu na cidade de Florianópolis, no ano de 2016. Aprofundou-se a dimensão analítica acerca dos instrumentais propostos, além de ter sido incorporada a análise do conceito de semiperiferia.

1. Análise de sistemas-mundo: sistemas antigos e a formação do sistema-mundo capitalista

Robert Fossaert (1991) apresenta elementos analíticos para a compreensão da dinâmica dos sistemas-mundo antigos. Por mundos, o autor compreende a extensão geográfica das relações de um determinado povo com outros conjuntos de povos que interagem, resultando em um sistema de organização da produção. Estes sistemas-mundo são categorizados de duas formas; primeiramente, por sociedades tributárias ou escravistas; e em segundo lugar, por sociedades comunitárias, caracterizadas por se organizarem em centros urbanos, dotados de mecanismos para coleta, administração e redistribuição de tributos captados do excedente produzido. Esse aparelho, vinculado por vezes às instituições eclesiásticas, era capaz de cobrir toda a extensão geográfica do referido sistema-mundo. Fossaert (1991, p.20-21) define povo como um grupo de pessoas que partilha uma identidade comum e uma mesma formação ideológica, com um “Estado” que organiza o modo de produção, refletindo elementos das relações sociais destes povos. Fossaert (1991) utiliza o termo Estado para conceituar o conjunto de instituições que legitimam a autoridade sobre determinado povo. Sendo assim, o termo não se refere à noção de Estado moderno, mas faz referência a um aparato administrativo.

Os sistemas-mundo antigos são constituídos de um conjunto de relações, vinculadas às atividades produtivas, rituais e relações familiares. Em certas condições, essas relações alcançam outros povos, iniciando, por vezes, uma série de intercâmbios. Com o estabelecimento de intercâmbios, as cidades tornam-se os espaços mais adequados para o desenvolvimento gradual das relações de troca. Os povos antigos podem crescer – ampliando sua rede de contatos com outros povos – ou se dispersar. Quando crescem podem se tornar nações, heterogêneas e extensas. As sociedades tributárias ou escravistas que adquiriam dimensões consideráveis, englobando um conjunto de povos, tinham, portanto, um aparelho estatal organizado, no qual a escrita possuía papel estruturante.

Fossaert (1991) apresenta um organograma, formado por três círculos concêntricos, para ilustrar como seria a disposição dos mundos antigos. Constituídos de um centro, normalmente uma cidade, que seria o primeiro círculo; que mantém relações de intercâmbio com nucleamentos urbanos constituintes do império, que representam o segundo círculo, com isso, o Estado depende de aparelhos fiscais e juízes para coleta de tributos e resolução de conflitos locais; por fim, o terceiro, seria a margem desse mundo antigo, onde estariam localizados povos não submetidos à autoridade do centro do império, mas que, em alguma medida, mantêm intercâmbios e até relações de vassalagem, que os aparelhos do Estado também precisam alcançar.

Samir Amin (1998) partilha da análise feita por Fossaert (1991), apontando que os sistemas antigos eram distintos entre si, mas interagiam por meio de intercâmbios dos excedentes produzidos, além de técnicas e conhecimentos. Em sua obra, considera-se que desde 300 A.C a humanidade é organizada em sociedades tributárias e que estas sociedades se distinguem, numa dimensão analítica, entre sociedades com uma estrutura que centraliza seus excedentes produtivos e sociedades que não centralizam. As sociedades tributárias centralizadas formaram civilizações e mesmo sistemas-mundo autônomos – o Império Romano, o mundo Árabe-Islâmico, os sistemas estabelecidos pelas dinastias chinesas, dentre outros; regiões como a Europa, a África Subsaariana e o Japão possuem, nesse período, sistemas tributários descentralizados – ou seja, sem capacidade de centralização do excedente produzido. Cabe destacar que os sistemas-mundo antigos mantinham relações de intercâmbio entre si, estabelecendo contato desde as margens do Atlântico às do Pacífico, exemplificado pela Rota da Seda. Entretanto, o intercâmbio e comércio entre as sociedades tributárias não era a principal atividade para sua subsistência, mas evidenciava nestas regiões a existência de elementos “protocapitalistas”, como as evidências de propriedade privada, empresas mercantis e a prática de trabalho assalariado (AMIN, 1998, p. 12).

A justificativa para a maturação e desenvolvimento destes elementos no sistema-mundo europeu, em vez de outro sistema centralizado, vincula-se à formação dos Estados absolutistas, concomitante a uma ruptura com a ideologia tributária, na qual predominavam as preocupações

metafísicas (AMIN, 1998). O surgimento do pensamento Iluminista, desembocando na ciência moderna no século XIX, é intrinsecamente relacionado à emergência do capitalismo e da perpetuação de sua ideologia. Sua base pode ser colocada em três elementos: a noção de que tudo no mundo pode ser estudado e compreendido; o fato que tudo na realidade pode ser explicado por leis de aplicação universais que, por serem atemporais, seriam naturais – conceito fundamental do positivismo científico – ; suposições que, por sua vez, atribuem ao saber científico o poder de descobrir a “verdade” (WALLERSTEIN, 1992, p.115-120; AMIN, 1998, p.10-11).

Ou seja, os elementos denominados por esta literatura de protocapitalistas – o comércio mercantilista que se apodera da produção agrícola, a concepção de propriedade privada e o trabalho assalariado – faziam-se presentes em outras sociedades como a indiana e a chinesa. A distinção entre o caso europeu com relação ao de outros povos consiste numa formação política e ideológica que rompe com a lógica tributária: o Iluminismo e o Renascimento. Sob a estrutura dos Estados absolutistas, ocorrerá a expansão marítima, associada com a nova ideologia, que permitirá a constituição de um campo científico que, mais tarde, será vinculado à noção de superioridade europeia, fomentando revoluções liberais e constituindo o Estado moderno e a subsequente Revolução Industrial (AMIN, 1998).

O surgimento do sistema-mundo capitalista pode ser traçado retrospectivamente aos desenvolvimentos ligados à Revolução Gloriosa na Inglaterra e à formação das bases da Revolução Industrial. A posterior expansão e consolidação do sistema-mundo capitalista sobre o restante do espaço global viria a ocorrer nos séculos seguintes (TESCHKE, 2003). Wallerstein & Hopkins (2000) apontam que uma das principais diferenças do sistema-mundo capitalista em relação aos sistemas-mundo antigos é o fato de que este sistema se organiza através de várias unidades culturalmente distintas e politicamente autônomas (Estados), sem constituir, portanto, um império formalmente estabelecido, como algumas unidades históricas haviam feito no passado.

Fernand Braudel argumenta que existe uma explicação interna da dinâmica capitalista que consiste na legitimação da revolução industrial como sendo originária de uma transformação local das estruturas socioeconômicas na Inglaterra, por meio de lentas transformações sobre elas mesmas. No entanto, este viés deve ser complementado pela transformação externa destas estruturas, que consiste na exploração de recursos naturais mediante a expansão da extensão da economia-mundo, ao passo que novas zonas geográficas são integradas às cadeias de mercadorias e capitais articuladas pelos países centrais, constituindo uma tendência de busca ao universalismo (BRAUDEL, 1985).

Nesta mesma linha, Samir Amin expõe que o capitalismo europeu foi o primeiro, ao final do século XIX, a unificar quase que inteiramente o mundo, sob o marco de um sistema social; integrando as regiões do globo sob uma única dinâmica de produção, comercialização e

concentração de recursos. Este processo configurou relações de um centro, que coordena, em partes, a dinâmica do sistema e a periferia, que é submetida à apropriação desigual dos recursos e à distribuição desigual dos rendimentos das atividades econômicas (AMIN, 1998). Disto não se deve concluir a ideia de submissão, o sistema-mundo possui forças internas em constante tensão, e, portanto, seu tempo de vida e funcionamento é delimitado.

O aspecto ideológico que dá orientação do sistema-mundo capitalista consiste na lei do valor – a busca constante pelo lucro e pela acumulação, que substituíram a ideologia tributária (WALLERSTEIN, 1992; AMIN, 1998; WALLERSTEIN, 2012). Esta lei é um elemento objetivo e funcional do sistema capitalista, derivada da constituição de um regime de relações de propriedade. A competição decorre do lucro, cuja finalidade leva à racionalização tecnológica da produção, visando ao corte de gastos. Com isso, a ideia de progresso tecnológico é um constructo das relações capitalistas de produção.

Destacam-se duas concepções dominantes sobre capitalismo, uma baseada na lógica da circulação, segundo a qual o capitalismo é compreendido como um sistema de produção baseado na divisão do trabalho entre os centros comerciais produtivos. A segunda, na lógica de produção, que consiste num sistema que segrega os agentes econômicos dos seus meios de subsistência, forçando-os a vender sua força de trabalho para aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção (TESCHKE, 2003).

Fernand Braudel (1985) distingue três andares de percepção da vida material, o primeiro deles seria a estrutura da vida cotidiana dos homens e os dois níveis seguintes se relacionam às trocas ou intercâmbios; um deles constitui a faceta concorrencial, onde ocorre o comércio; o último andar, sofisticado e dominante, consiste no nível do capitalismo propriamente dito, instância situada acima dos mercados, local no qual os proprietários do capital se relacionam com o poder político de seus respectivos Estados, formulando e conduzindo estratégias de inserção na economia-mundo.

O conceito de semiperiferia compreende um grupo de países que possuem certas características e alguns setores produtivos que possibilitam o lucro e a acumulação em níveis comparáveis às condições dos países centrais, possuindo, no entanto, simultaneamente setores econômicos atrasados, com baixa produtividade e baixa remuneração. O conceito foi cunhado por Immanuel Wallerstein, mas aprofundado e instrumentalizado por Giovanni Arrighi. Portanto, a semiperiferia, grupo de países ao qual pertence o Brasil, consiste em uma zona intermediária na estrutura do sistema-mundo. Os Estados semiperiféricos possuem algum grau de industrialização e, quando se relacionam com os países periféricos, eles conseguem se apropriar da maior parte dos benefícios advindos de uma relação de troca desigual (ARRIGHI, 1997).

Devido à elevada mobilidade de capital, muito superior à mobilidade do trabalho, produz-se uma situação na qual a acumulação se torna muito mais acentuada em Estados com níveis salariais

mais elevados, culminando em um processo gradual de concentração de poder, riqueza e bem-estar social. As trocas desiguais são um dos mecanismos que produziram a polarização entre centro e periferia. Outros fenômenos igualmente importantes consistiram historicamente na transferência unilateral de trabalho e de capital, que não envolvem necessariamente o âmbito comercial. Existem transferências unilaterais do tipo forçado, como o contrabando de população usada para trabalho escravo e no caso do capital, as relações estabelecidas entre colônia e metrópole, com transferência de ouro, capital ou reparações de guerra. A fuga de capitais e a emigração são exemplos das transferências unilaterais voluntárias (ARRIGHI, 1997).

A visão de Arrighi (1997) enfatiza a dificuldade da mobilidade no sistema-mundo. O autor argumenta que a existência da semiperiferia é importante sob o ponto de vista político, pois sustenta a ilusão da possibilidade de desenvolvimento para a grande maioria dos Estados. Sob a sua perspectiva, o desenvolvimento não apenas é desigual, como ele ocorre para poucos. Afirma-se, ainda, que a possibilidade de mobilidade para cima, dentro do arquétipo teórico das estruturas de periferia, semiperiferia e centro, é muito limitada (ARRIGHI, 1997).

2. A perspectiva crítica de Robert Cox

A abordagem crítica questiona os pressupostos que afirmam a imutabilidade das estruturas da realidade social. Um claro exemplo nas abordagens ortodoxas das Relações Internacionais consiste na centralidade do sistema anárquico de Estados como esfera determinante para a análise do campo. A teoria crítica concebe a possibilidade de conciliação entre as principais características capazes de promover a mudança da realidade social, contrariando igualmente a perspectiva marxista ortodoxa de que o principal motor da realidade seria necessariamente a exploração dos trabalhadores ou a estrutura produtiva (LINKLATER, 1996). Nesta perspectiva, afirma-se que é possível que outros elementos influenciem de forma significativa a mudança da realidade, como, por exemplo, as ideias e as forças sociais (COX, 1986).

As produções que seguem os pressupostos da teoria crítica normalmente elaboram análises que poderiam ser comparadas a um grande panorama dos processos históricos em determinado contexto. Desta maneira, questiona-se como a ordem global analisada se estabeleceu e quais as suas implicações para os agentes que compõem esse sistema social. As análises críticas costumam ter menor clareza na abordagem do seu problema, se comparadas ao que se desenvolve dentro das teorias que se situam sob o *status quo*, ou que visam à estabilidade e perpetuação do ordenamento vigente, o que Cox denominará como “*problem solving theories*” (COX, 1986, p. 207-208).

As teorias e o conhecimento científico possuem a capacidade de moldar expectativas e influenciar o comportamento dos agentes sociais. Em uma perspectiva crítica, os conceitos devem ser analisados em seu contexto histórico. Assim, adquire-se a percepção de que as ações dos agentes

nunca são verdadeiramente livres ou puramente racionais. A perspectiva crítica reconhece as limitações do seu poder explicativo, compreendendo que neste arcabouço não é possível conceber uma teoria geral, no sentido positivista de ciência, pois as estruturas históricas vão mudando e, portanto, a teorização deve ser constante. O principal objeto da análise de Cox é a compreensão do quadro geral das estruturas históricas, orientando-se para a ação prática de mudança da realidade social (COX, 1986).

A estrutura histórica consiste em uma configuração de forças em um determinado contexto temporal, que se expressa pela combinação de padrões de pensamento, condições materiais e instituições que possuam certa coerência entre seus elementos. Conforme o autor: “essas estruturas não determinam as ações das pessoas em qualquer sentido mecânico, mas constituem um contexto de hábitos, pressões, expectativas e constrangimentos, dentro dos quais as ações ocorrem” (Cox, 1986, p.217, tradução nossa). Portanto, três categorias de forças interagem de forma recíproca em uma estrutura histórica: as capacidades materiais, as ideias e as instituições.

As capacidades materiais são a combinação entre a capacidade destrutiva, ou seja, o poder militar e a capacidade construtiva, que consiste na riqueza (acumulação de capital), recursos naturais e a interação destes elementos com a capacidade tecnológica. As ideias podem ser de dois tipos: significados intersubjetivos, isto é, noções comuns que podem moldar hábitos e expectativas; e imagens coletivas acerca da natureza e legitimidade das estruturas de poder de determinada realidade social. Por sua vez, as instituições refletem uma configuração de forças em determinado momento histórico e possuem forte interconexão com a hegemonia, conforme será abordado adiante (COX, 1986).

Existem três níveis de análise nos quais pode ser observada a problemática da mudança da realidade social: o da organização da produção, onde interagem as forças sociais que são formadas a partir das contradições do processo produtivo; o nível das formas de Estado (advindo dos diferentes complexos formados entre sociedade civil e Estado) e, finalmente, o nível das ordens globais, onde ocorrem as relações entre os Estados (COX, 1986). Em cada um desses níveis há uma interação entre capacidades materiais, ideias e instituições. É importante mencionar que estes níveis de análise não são independentes entre si, mas se relacionam de forma recíproca e interdependente.

Assim, as principais mudanças ocorreriam no nível das forças sociais, que se fundamentam em uma base produtiva e econômica. Determinadas forças sociais podem alcançar uma posição de autoridade política, promovendo instituições e expressando um conjunto de ideias, ou uma ideologia. Isto é essencialmente o bloco histórico, conceito cunhado por Antonio Gramsci. Ainda que Gramsci não tenha escrito substancialmente acerca das Relações Internacionais, Cox realiza a transposição de alguns dos seus conceitos para este campo de estudo (COX, 1993). O bloco

histórico, nesta perspectiva, pode ser pensado no nível Estatal (nível que Gramsci antevia), no nível regional ou mesmo global (COX, 2002).

No bloco histórico, o Estado e a sociedade civil se coadunam em uma estrutura capaz de condensar interesses, ideias e condições materiais de modo a estabelecer uma ordem emergente ou desafiar uma ordem estabelecida. Para que haja a criação de um bloco histórico e a eventual hegemonia, os interesses específicos do grupo dominante devem se refletir nos interesses dos grupos subordinados. Parte-se de interesses econômicos comuns, criam-se instituições e propagam-se ideias que permitam a satisfação dos grupos subordinados, sem interromper o projeto hegemônico. O bloco histórico seria revolucionário por essência, visando combater a cooptação hegemônica representada pelo que Gramsci denomina de *transformismo*. O *transformismo* consiste em conjugar vários setores da sociedade sob uma situação de passividade quanto aos princípios da ordem estabelecida (COX, 1993).

A hegemonia deve ser compreendida como a combinação entre coerção e consentimento. Ou seja, a hegemonia não pode existir apenas pela supremacia de recursos, mas deve ser reiterada pela noção geral de que a ordem promovida pelo agente hegemônico beneficia os outros componentes do sistema. A institucionalização e a legitimidade promovidas por cada *hegemon* em seu contexto histórico é uma forma de tentar estabilizar e perpetuar, de certa maneira, as condições pelas quais a ordem global se orienta. No entanto, estas estruturas são mutáveis. Gramsci afirmou que quaisquer mudanças na ordem global ou nas relações internacionais podem ter a sua trajetória traçada até mudanças nas relações sociais. Os Estados que se tornam poderosos são aqueles que empreenderam amplas revoluções, sendo capazes de exportar essas revoluções para outros Estados ou mesmo para o âmbito do sistema (COX, 1993). Quando não existe um desenvolvimento de ideias locais, ocorre uma absorção das ideias hegemônicas e formam-se modelos subordinados de desenvolvimento, através de revoluções passivas, o que se denomina de *transformismo*.

A ordem hegemônica se estabelece normalmente por meio da regulação do conflito interestatal e de um modo de produção global que permita vínculos entre as sociedades civis dos diferentes Estados. As nações periféricas absorvem em certa medida as características econômicas e culturais do modelo promovido pelo *hegemon*, sem alterar suas antigas estruturas de poder, pois não foram capazes de promover suas próprias revoluções (COX, 1993). Uma das formas de promoção da hegemonia e de cooptação das forças sociais ocorre através da ação das instituições, pela difusão e incorporação de regras que facilitam a expansão da ordem hegemônica. As instituições servem para conferir legitimidade à ordem vigente, seja pela cooptação de elites nos países periféricos, seja pela absorção de ideias que poderiam ir contra os preceitos da ordem hegemônica (COX, 1986). O papel das instituições pode avançar seu caráter normativo, ao propor obrigações internacionais e a harmonização de políticas que resultam em constrangimentos aos agentes.

Portanto, sob a perspectiva crítica de Robert Cox, a principal forma de mudança na realidade social seria advinda da construção de um bloco histórico. O bloco histórico parte das forças sociais presentes na esfera de uma determinada estrutura nacional (definida pelo complexo entre Estado e sociedade civil), que se expandirá para a ordem global. Isto ocorre pela promoção de um modelo de desenvolvimento e cooptação de outros Estados, seja através de instituições, de ideias ou mesmo de investimento em capacidades materiais. Desde que haja a legitimidade e o consentimento pelos componentes mais fracos do sistema de que as ações promovidas pelo *hegemon* se fundam no interesse universal, constitui-se um novo bloco histórico e é possível realizar o questionamento da hegemonia vigente.

3. Análise epistemológica

Considerando a amplitude das vertentes que foram produzidas na abordagem dos sistemas-mundo, limitar-nos-emos a realizar a crítica acerca de dois instrumentais desta abordagem: os ciclos sistêmicos de acumulação e o conceito de cadeias de commodities.

3.1 Os ciclos sistêmicos de acumulação

Identificar as condições que impulsionam as reorganizações do sistema capitalista ao longo de sua história é uma das proposições feitas por Arrighi e Silver (2001), Arrighi (2006) e Wallerstein (1992) em suas obras. Analisa-se a expansão e as mudanças do sistema-mundo capitalista ao longo de três principais ciclos, quais sejam: o ciclo da hegemonia Holandesa que vê seu auge no período da assinatura dos Tratados de Westfália; o ciclo da hegemonia Britânica, que foi predominante, sobretudo durante o século XIX e por fim, o ciclo da hegemonia dos Estados Unidos (EUA), que se fortalece de maneira definitiva no pós-Segunda Guerra Mundial.

A fórmula geral que ilustra a lógica dos investimentos capitalistas individuais, apresentada por Marx – DMD' – serve para ilustrar os ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo. Composto de duas fases, uma de expansão material – DM – onde o capital monetário coloca em movimento uma massa crescente de produtos (transformando-se em mercadoria); seguido da fase de expansão financeira – MD' – quando o capital financeiro desvincula-se de sua forma de mercadoria em função da perda de expectativa de lucratividade no investimento em produção ou comércio, circulando na esfera financeira (ARRIGHI, 2006). Esta passagem sinaliza uma transição – normalmente contextualizada por uma crise sistêmica – de um ciclo de acumulação para outro. Por crise, entenda-se a circunstância na qual determinado sistema histórico acumulou efeitos de suas contradições internas a tal ponto de não conseguir resolvê-las ou ajustá-las (WALLERSTEIN, 1992).

As crises hegemônicas incluem três características: a intensificação das rivalidades entre potências centrais; o surgimento de novos atores e regiões de poder, às margens da ação da hegemonia; e uma expansão financeira sistêmica centrada no *hegemon* em declínio. As fases de expansão material são caracterizadas pela adoção de um modelo produtivo pela economia capitalista. As fases de expansão financeira sinalizam as limitações do modelo adotado, refletindo o aumento da concorrência intercapitalista em uma reorganização e redistribuição da economia-mundo, constituindo outra via de desenvolvimento e retomando a fase de expansão material (ARRIGHI, 2006). Os ciclos sistêmicos de acumulação não são separados de forma linear, ou seja, a ascensão de um novo centro de produção e acumulação se inicia durante a fase de expansão financeira do ciclo sistêmico anterior, que, portanto, encontra-se em declínio.

Por meio da análise da teoria crítica é possível compreender a institucionalização e a legitimidade promovidas por cada *hegemon* em seu contexto histórico, como formas de tentar estabilizar, de certa maneira, as regras e condições pelas quais o sistema-mundo se orienta. Compreende-se o conceito de hegemonia como a combinação entre capacidade de coerção e consentimento, através de uma análise com bases gramscianas, conforme foi apresentado na seção anterior (COX, 1993). A hegemonia não se sustenta apenas através de capacidades materiais, para que haja hegemonia e não apenas dominação, deve haver a aceitação por parte dos componentes mais fracos do sistema de que as ações promovidas pelo hegêmona servem ao interesse geral, em uma combinação de poder material, ideologia e instituições (COX, 1986).

Embora haja certa conexão entre as ideias dos teóricos dos sistemas-mundo e o que foi exposto na abordagem crítica, existem diferenças importantes. Cox (1986) afirma que a sua perspectiva acerca do conceito de hegemonia não deve ser usada para uma análise cíclica da história, elemento que está implícito no conceito de transições hegemônicas demonstradas nas obras acima referidas. Isto se deve ao fato de que qualquer configuração da ordem global só pode ser compreendida em seu momento histórico particular. Ou seja, é possível que haja paralelos entre as ordens hegemônicas, no entanto, uma análise crítica não estabelecerá um padrão ou uma lei interconectando as diversas transições dos centros de acumulação. Paralelamente a isto, o autor afirma que os Estados emanam de suas forças sociais internas, e que o declínio de determinada ordem hegemônica está ligado ao desenvolvimento e expansão de forças sociais (COX, 1986) e não apenas através da ação de Estados compreendidos como atores unitários, dentro de uma lógica sistêmica de acumulação desigual.

Assim, as visões são fundamentalmente diferentes, visto que Arrighi e Silver colocam a ênfase na derrocada de hegemônias em fatores estruturais. Estes fatores são advindos da lógica dos investimentos capitalistas e do funcionamento do ciclo de produção, comercialização, acumulação; sua emulação por outros agentes e a decorrente expansão financeira da hegemonia em declínio, na

busca pela manutenção da lucratividade dos investimentos capitalistas. Assim, é possível pensar que a visão da teoria crítica estaria mais presente na análise de Fernand Braudel (1985), pois o autor afirma a importância da aliança entre as elites detentoras do capital – consideradas como forças sociais, para fins desta análise – e os seus respectivos Estados nacionais, para que se compreenda o triunfo do capitalismo dentro da economia-mundo. Devemos fazer a ressalva de que Arrighi (2006) menciona a questão das elites, fazendo referência a Fernand Braudel; no entanto, ao explicar a dinâmica dos ciclos de acumulação, o autor concede a principal importância ao elemento dinâmico das expansões produtivas e financeiras da economia-mundo, conforme foi explicado anteriormente.

Adicionalmente, Cox (1986) afirma que o aspecto das ideias, através da construção do conhecimento, é outro importante fator de alteração da realidade social. Neste ponto, as análises mais recentes produzidas por Wallerstein (2012), identificam-se mais fortemente com o aspecto crítico acima referido, ao passo que o autor afirma a importância de se compreender a análise dos sistemas-mundo como um movimento do saber, ou seja, um movimento social e intelectual que seria capaz de afetar a produção do conhecimento e a consciência coletiva, na medida em que se difundisse amplamente e pudesse romper com a análise das ciências sociais divididas em áreas ou compartimentos fechados, que é reflexo da construção do conhecimento dentro de bases positivistas.

3.2. As cadeias de commodities na abordagem dos sistemas-mundo

O conceito de cadeias de commodities envolve processos produtivos que cruzam múltiplas fronteiras nacionais. O conceito é especificamente definido pelos autores como “rede de processos de trabalho e produção cujo último resultado é uma commodity finalizada” (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000, p. 223, tradução nossa). Os autores demonstram o desenvolvimento do centro de acumulação do sistema-mundo capitalista na Europa, por meio da análise de dois importantes produtos para a economia desse período: a farinha de trigo e os navios. O objetivo no desenvolvimento deste instrumental era averiguar até que ponto existia uma economia-mundo capitalista ganhando força como uma forma estrutural capaz de organizar uma rede de trabalho e processos produtivos que levavam à acumulação dos excedentes do comércio na Europa, no período temporal delimitado.

Os autores analisam especificamente o período de 1590-1790 considerando dois dos produtos mais comercializados nas zonas urbanas europeias no período, os navios e a farinha de trigo. Os navios eram importantes para o próprio intercâmbio de commodities no sistema-mundo da época, além de constituírem um local de produção para outros produtos ligados à indústria naval, de modo mais amplo. A farinha tinha um importante valor para a sobrevivência e reprodução da força

de trabalho. Além disso, os produtos selecionados representavam a dicotomia entre o meio urbano-industrial e o meio agrário (WALLERSTEIN e HOPKINS, 2000).

A construção da cadeia de commodities parte do produto final, no ponto em que ele está pronto para ser consumido, e vai traçando os passos anteriores, verificando os locais onde ocorre a agregação de valor. Cada grande processo produtivo da cadeia será chamado de “nodo” ou “nódulo” (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000, p.224 – tradução nossa). À medida que se analisam produtos mais complexos, cada componente utilizado na produção do bem final poderia ter a sua própria cadeia traçada até a commodity original, desde que este tenha passado por algum processamento produtivo, mesmo que se trate de um bem intermediário. Portanto, a delimitação temporal da análise e a escolha do produto a ser analisado, consistem em importantes passos epistemológicos nesta abordagem.

Deve-se ressaltar que uma cadeia nunca é a representação única e exata de determinado bem, podendo existir outras configurações possíveis para determinado produto e também transformações nas próprias operações da cadeia à medida que evoluam os processos produtivos, a tecnologia, dentre outros fatores. O comércio, as migrações e os investimentos de capital são as variáveis mais prováveis a serem analisadas nos fluxos econômicos entre os Estados, por meio deste instrumental (WALLERSTEIN & HOPKINS, 2000). A construção da cadeia permite visualizar a dispersão geográfica da produção através de diversas jurisdições estatais, assim como as desigualdades ligadas às formas de trabalho utilizadas e o grau de coesão ou segmentação entre as operações produtivas.

Através de um olhar epistemológico é possível afirmar que o instrumental das cadeias de commodities é importante para a construção do conceito de sistema-mundo capitalista, tendo um efeito de demonstração prática da hierarquia entre as diferentes regiões do sistema. Este instrumental foi utilizado pelos autores para evidenciar características sociais da produção e suas consequências para as estruturas históricas do sistema-mundo. No caso, o instrumental foi importante para explicitar a distribuição desigual dos rendimentos das atividades na economia global, questão que perpassa o desenvolvimento de países emergentes, evidenciando tendências à acumulação de capital nos países do centro, que tendem a monopolizar as atividades de maior rendimento, com a tendência à formação de grandes conglomerados empresariais (BAIR, 2014).

Não parece ser plausível fazer uma análise deste instrumental através das lentes da teoria crítica das Relações Internacionais, visto que o conceito não oferece conclusões específicas e/ou determinantes acerca da estrutura sistêmica. As cadeias de commodities servem como demonstração para a afirmação de importantes pressupostos do conceito de sistema-mundo. Desde modo, este instrumental pode ser usado diferentemente conforme o argumento que se queira apresentar, demonstrando elevado grau de variabilidade analítica, dependendo do produto que se queira

abordar, do período temporal considerado ou das ligações que se queira evidenciar (vínculos de trabalho, tecnologia, organização produtiva, entre outros). Portanto, o instrumental por si só não apresenta caráter normativo ou afirmações conclusivas acerca da realidade social. O seu caráter crítico depende da argumentação que se proponha com seu uso.

Considerações Finais

Todas as teorias elaboradas nas ciências sociais aportam, mesmo que de forma implícita, uma solução para o dilema entre os determinantes estruturais e a capacidade de agência. As organizações humanas realizam ações que influenciam o ambiente. Adicionalmente, o meio onde ocorrem estas ações é composto por um conjunto de características, padrões normativos e de interações, que acabam por moldar as possibilidades dos agentes – o que se convencionou chamar de estrutura. Portanto, é possível afirmar que exista uma relação mutuamente constitutiva entre estes conceitos (WENDT, 1987). Cada teoria apresenta de forma diferente estas questões e igualmente, posiciona-se ainda que não de forma explícita, conferindo um peso maior para os fatores estruturais ou para a agência, ao compor a sua visão acerca da realidade social.

A forma pela qual Cox compreende o seu conceito de estrutura, que o autor denominará de estrutura histórica, demonstra a principal diferença da sua compreensão em relação à concepção de estrutura da análise dos sistemas-mundo. A estrutura histórica consiste na correlação de forças presente em um determinado sistema social em um período histórico. Esta estrutura, para Robert Cox, constrange os agentes. No entanto, o pressuposto fundamental é de que a mudança da realidade social parte das próprias forças sociais.

No caso dos sistemas-mundo, verifica-se maior ênfase nos aspectos ligados às características fundamentais do capitalismo enquanto sistema econômico e social, como determinantes da própria natureza dos Estados e das classes sociais. Ou seja, características fundamentais da estrutura sistêmica não apenas constroem, mas influenciam a própria formação dos agentes. Dito de forma clara, as contradições e características do modo de produção capitalista formam a natureza dos agentes, compreendidos na concepção hierárquica dos sistemas-mundo, normalmente representada pelas relações centro-periferia. Colocando de forma simples, para Cox os agentes formam a estrutura e são simultaneamente constroídos por ela. Para Wallerstein e Arrighi, os agentes são formados pela lógica funcional do capitalismo e pela estrutura hierarquizada centro-periferia que lhe é decorrente.

Trabalhos mais recentes de Immanuel Wallerstein (1992; 2012) demonstram a preocupação em reaver maior possibilidade de agência na abordagem dos sistemas-mundo. O autor compreende que para que esta linha analítica tenha mais dinamicidade e caráter crítico, a mesma deve se reaproximar do materialismo histórico, visto que:

a despeito deste descaminho, o ímpeto básico por detrás da perspectiva do sistema-mundo é muito similar ao do marxismo: uma crítica radical da ordem vigente, baseada na fusão entre a reflexão teórica e os movimentos sociais, mediante uma tentativa de fusão entre a História e as Ciências Sociais (WALLERSTEIN, 2012, p. 68).

O autor afirma, por exemplo, que o desenvolvimento de movimentos sociais antissistêmicos e a tentativa de reforma dos conceitos e da produção das ciências sociais, seriam formas de reformar a capacidade de agência dentro da análise dos sistemas-mundos. Nestas obras, os conceitos abordados por Wallerstein se aproximam de algumas ideias críticas de Robert Cox. A afirmação de uma geocultura definida como a visão estruturante de determinado sistema-mundo, compreendido em seu caráter histórico, delimitado no tempo e no espaço (WALLERSTEIN, 1992; 2012), é análoga à concepção de Cox acerca da influência das ideias e mesmo das instituições, como elementos estruturantes de determinada ordem global.

Não obstante, a análise dos sistemas-mundo tem sua ontologia formada fundamentalmente em uma concepção materialista e econômica. A concepção crítica de Robert Cox baseia-se mais fortemente em aspectos políticos e sociais, ainda que não desconsidere os fatores materiais. Outras diferenças devem ser mencionadas: Cox (2002, p. 28) aborda a questão dos modelos diacrônicos e sincrônicos de análise teórica. Os modelos diacrônicos são aqueles que valorizam o tempo como sendo o fator essencial para a compreensão das estruturas históricas e de sua mudança. Fernand Braudel e Robert Cox apresentam modelos analíticos que poderiam ser categorizados neste viés. Os modelos sincrônicos são aqueles que levam em conta a maior estabilidade de formas ideais ao valorizar os determinantes do espaço na produção da realidade. Os modelos teóricos sincrônicos costumam trabalhar com recortes temporais fixos (COX, 2002). Em uma análise preliminar, é possível englobar os teóricos dos sistemas-mundo no aspecto sincrônico, sobretudo devido ao conceito do sistema-mundo como um sistema social geograficamente e temporalmente delimitado.

Portanto, a dimensão sincrônica de estabilidade do sistema está inerente nas análises do sistema-mundo, e, sobretudo no instrumental de transição dos ciclos sistêmicos de acumulação, demonstrada na quarta seção deste artigo. A dimensão diacrônica pode ser vista nesta abordagem ao aceitar a possibilidade de crise, transição e mudança de uma forma de sistema-mundo para outra, no entanto, existe um viés implícito de estabilidade das estruturas sistêmicas (WENDT, 1987). Não visamos apenas classificar os autores em determinadas categorias, pois isso levaria ao empobrecimento da compreensão da complexidade de suas obras. Utilizamos esta nomenclatura, pois pensamos que a mesma explicita algumas das diferenças na compreensão crítica destes autores.

Foi possível estabelecer importantes distinções acerca da abordagem dos sistemas-mundo e a perspectiva crítica de Robert Cox. Não obstante, pensamos que ambas as linhas de análise estão preocupadas com a questão da mudança da realidade social e com a reforma da produção das

ciências sociais. Neste sentido, seria possível conciliar estas visões de modo a obter análises mais robustas acerca da realidade da economia e da política internacional, a começar pela reestruturação no campo da produção do conhecimento científico.

As análises críticas e a construção de uma visão autônoma acerca dos acontecimentos do sistema internacional são especialmente relevantes para os países (semi) periféricos. Voltando à afirmação de Cox (1986) acerca das intenções e dos propósitos contidos em uma teoria, poderíamos interpretar que a simples assimilação de conhecimento e perspectivas que sejam provenientes de países desenvolvidos limita a capacidade de agência acerca da melhoria das condições e posicionamento dos países emergentes no sistema-mundo e, conseqüentemente, na hierarquia do capitalismo global. Neste sentido, reafirmamos que a mobilização das forças sociais, a ação das instituições e a produção de conhecimento científico de caráter crítico, são as principais formas de conscientização acerca da necessidade de reaver a capacidade de agência no que diz respeito ao posicionamento dos países (semi) periféricos.

Referências

- AMIN, Samir (1998). **Los Desafíos de la Mundialización**. Buenos Aires/ México: Paidós Editora.
- ARRIGHI, Giovanni (1997). **A ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. (2006) **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Editora da UNESP.
- _____. (2010) **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editora.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly (2001). **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- BAIR, Jennifer (2014). **Global Value Chains, Genealogy and Review**. Publicado em [http://www.cepn-paris13.fr/epog/wp-content/uploads/2014/10/DURAND_Bair-Global_Commodity_Chains-Genealogy_and_Review.pdf]. Disponibilidade: 21/07/2016.
- BRAUDEL, Fernand (1985). **La Dynamique du Capitalisme**. Paris: Flammarion.
- _____. (1997). **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII, O tempo do Mundo**. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes.
- COX, Robert W. (1986). **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**, Millenium Journal of International Studies. Publicado em [[http://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public docs/Internationale_Beziehungen/cox.pdf](http://www.uni-erfurt.de/fileadmin/public_docs/Internationale_Beziehungen/cox.pdf)]. Disponibilidade: 02/07/2016.
- _____. (1993). Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method. In GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 49-67.

_____. (2002) **The Political Economy of a Plural World**: Critical reflections on power, morals and civilization. London: Routledge.

FOSSAERT, Robert (1991). **O Mundo no Século XXI: Uma teoria dos sistemas mundiais**. Lisboa: Instituto Piaget.

HALLIDAY, Fred (1999). **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS/FAPA.

LINKLATER, Andrew (1996). The achievements of critical theory. *In* SMITH, Steve; BOOTH, Ken & ZALEWSKI, Marysia. **International Theory**: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 279-300.

NOLTE, Detlef (2010). How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, 36: 881–901.

OSTERHAMMEL, Jürgen; PETERSEN, Niels (2003). **Globalization: a short history**. Princeton/Oxford: Princeton University Press.

TESCHKE, Benno (2003). **The myth of 1648**. Londres/Nova Iorque: Verso.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1992) **Geopolitics and Geoculture**. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1996). The inter-state structure in the Modern World System. *In* SMITH, Steve BOOTH, Ken & ZALEWSKI, Marysia. **International Theory**: Positivism and Beyond. Cambridge University Press.

_____. (2004) **World System Analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press.

_____. (2012) A Análise dos Sistemas-Mundo como movimento do saber. *In* VIEIRA, Pedro Antonio (VIEIRA, Rosângela de Lima & FILOMENO, Felipe A. (Orgs). **O Brasil e o Capitalismo Histórico**. 1ª ed. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica. , 17-28.

WALLERSTEIN, Immanuel ; HOPKINS, Terrence (2000). Commodity Chains in the World Economy prior to 1800. *In* WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 221-234.

WENDT, Alexander E. (1987). The agent-structure problem in international relations theory. **International Organization**, 1 (3), Summer: 335-370.